



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

TERMO DE CONTRATO Nº 25/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO / PROCURADORIA GERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA FORTALEZA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA., NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/ PROCURADORIA-GERAL – PGT**, CNPJ 26.989.715/0055-03, situada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC, CEP: 70.040.250, Brasília/DF, neste ato representada pela Diretora de Administração, a Senhora **TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS**, CPF ***.945.564-**, RG *.270.*** SSP/PE, designada pela Portaria nº 103, de 26 de janeiro de 2018, no uso da competência prevista no Art. 100, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho instituído pela Portaria nº 1.314, de 22 de agosto de 2017, alterado pela Portaria nº 587, de 26 de abril de 2023, do Senhor Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **FORTALEZA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.**, CNPJ 38.054.508/0001-45 estabelecida no endereço A ADE Conjunto 3, Lote 27, CEP 71.985-600, Brasília/DF, telefone(s): (61) 3030-155, e-mails: fortalezasrv@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor **DIEGO DE OLIVEIRA BARRETO**, CPF ***.657.217-**, RG *419*** SSP/DF, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem, de comum acordo, por força do presente instrumento e em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, **Pregão Eletrônico nº 90003/2024/PGT/MPT**, e demais normas federais que regem a matéria, bem como as Portarias PGT nº 139/2022 (gestão e fiscalização das contratações na PGT) e no **Processo PGEA 20.02.0001.00010008/2023-26**, celebrar este contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo (supervisor administrativo, assistentes administrativos, telefonistas, auxiliar de jardinagem e afins, oficial de manutenção predial, almoxarife e carregador/estiva), com execução em regime de dedicação exclusiva de mão de obra mediante alocação de empregados nos quantitativos e cargos especificados no Termo de Referência e nos demais documentos constantes no processo PGEA em epígrafe.

PARÁGRAFO ÚNICO. As descrições dos cargos, as atribuições, os requisitos de grau de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos dos empregados a serem alocados para a execução dos serviços estão especificados no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A forma de execução deste contrato é indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário cujo objeto será regido pelas disposições estipuladas neste contrato, no Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2024/PGT/MPT, no correspondente Termo de Referência, bem como nas obrigações assumidas pela CONTRATADA em sua proposta comercial e nos demais documentos constantes do Processo PGEA 20.02.0001.00010008/2023-26, que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

A prestação dos serviços de apoio administrativo, a serem realizados nas dependências da CONTRATANTE, deve observar as condições estabelecidas relativas à jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, normas e regras da CONTRATANTE, descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos relativos ao grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes descritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os empregados alocados receberão orientações técnicas para desenvolvimento das atividades, a serem repassadas pelos servidores da CONTRATANTE, inclusive no tocante a acesso e utilização de sistemas informatizados, quando necessário.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONTRATANTE, a CONTRATADA e os empregados deverão observar as respectivas obrigações e responsabilidades estabelecidas neste termo de contrato, no termo de referência, no edital de licitação e na proposta de preços, referentes à gestão e fiscalização contratual, ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATADA deverá disponibilizar solução tecnológica, acessada por meio de aplicação web, especialmente para verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas aos empregados alocados na execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO. No termo de referência estão descritas de forma pormenorizada as atividades a serem executadas pela CONTRATADA, as especificações dos serviços, quantidade de postos, insumos a serem fornecidos, condições da contratação, dentre outros, abrangendo os postos de trabalho discriminados nos quadros enumerados de 1 a 8 localizados no tópico 4.6 do termo de referência.

PARÁGRAFO QUINTO. A CONTRATADA não se vincula à obrigação de preencher todos os postos de serviços durante a integralidade da vigência contratual, observados os parâmetros



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

legalmente estabelecidos.

PARÁGRAFO SEXTO. O quantitativo de postos foi estabelecido em compatibilidade com o número de postos atualmente ativos na Procuradoria Geral do Trabalho, em seu atual cenário de funcionamento e atendimento às necessidades atuais, com previsão de contratação imediata, cabendo ser avaliada pela administração, de acordo com a disponibilidade orçamentária e com as diretrizes aplicáveis, a viabilidade de contratação parcial dos postos dimensionados.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação do objeto principal licitado (prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo, mediante alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AOS PROFISISONAIS

Os profissionais deverão observar, genericamente, os seguintes procedimentos:

- I. Manter limpo e harmonioso o ambiente de trabalho, cuidando do material, equipamentos, máquinas e acessórios;
- II. Zelar pelo atendimento das orientações recebidas, cuidando para solicitar previamente autorização da supervisão sempre que houver necessidade de se ausentar de seu posto, mesmo que por motivo de trabalho;
- III. Conhecer as orientações técnicas dos fabricantes quanto ao manuseio dos equipamentos e utilização dos materiais e produtos;
- IV. Não se dirigir a terceiros para solicitar benefícios pessoais no âmbito de atuação profissional;
- V. Não fazer uso das relações de trabalho para obtenção de benefícios pessoais;
- VI. Não realizar outras atividades não correlatas àquelas desenvolvidas na unidade;
- VII. Zelar pela utilização diária do uniforme completo e crachá, bem como pelo comparecimento ao posto de trabalho em boas condições de higiene pessoal para o acesso as dependências da CONTRATANTE;
- VIII. Não fazer uso das instalações, materiais e equipamentos da CONTRATANTE para fins particulares;
- IX. Utilizar o telefone, exclusivamente, para o serviço;
- X. Manter sigilo quanto às informações que porventura tenham obtido quando do desempenho das suas funções, sob pena de advertência, suspensão e devolução à CONTRATADA;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

- XI.** Redigir, de forma clara, legível e objetiva, relatórios, formulários, ocorrências e comunicados relacionados a área de atuação;
- XII.** Comunicar qualquer irregularidade no material recebido e/ou estocado, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO DOS POSTOS

A contratação dos serviços de técnico em secretariado abrange os seguintes requisitos básicos:

- I.** contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;
- II.** alocação de empregados observando as descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos de grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes especificados;
- III.** cumprimento de jornada de trabalho no período de segunda-feira a sexta-feira e, excepcionalmente e a critério da CONTRATANTE, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto, no horário compreendido entre 7h e 22h;
- IV.** disponibilização dos empregados na data de início da execução dos serviços;
- V.** exigência de garantia de execução contratual pela CONTRATADA que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza previdenciária, social e trabalhista, inclusive FGTS, durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;
- VI.** sistemática de pagamento que prevê o recolhimento e gerenciamento dos percentuais de valores referentes a férias, 13º salário, ausências legais, substituições temporárias e verbas rescisórias dos empregados por meio de conta vinculada;
- VII.** estabelecimento de indicadores do desempenho da CONTRATADA na execução dos serviços, por meio de Índice de Medição de Resultados - IMR, com possibilidade de adequação do pagamento devido pela CONTRATANTE de acordo com os resultados mensalmente obtidos;
- VIII.** enquadramento das categorias profissionais dos empregados de acordo com a CBO, aprovada pela Portaria nº 397 do MTE, de 09 de outubro de 2002;
- IX.** cumprimento pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE das obrigações previstas;
- X.** observância de alterações normativas posteriores, que impactem nos aspectos contratuais e na execução dos serviços, naquilo que couber.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT, DCT ou quaisquer outras convenções de classe que tratem do pagamento de participação dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

empregados nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto abrange a prestação dos serviços de apoio administrativo, a serem realizados nas dependências da CONTRATANTE, com execução realizada mediante alocação de empregados, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, especialmente as relativas a jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, normas e regras da CONTRATANTE, descrições do cargo, as atribuições e os requisitos relativos ao grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes descritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os serviços serão prestados diariamente, de segunda a sexta-feira, e excepcionalmente em finais de semana e feriados, no Edifício Sede da Procuradoria Geral do Trabalho, em seu âmbito interno e externo, situado no SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A- Brasília – DF, bem como em outras unidades externas à disposição da PGT, quando necessário e de acordo com a atribuição da categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONTRATADA deverá dar início à execução dos serviços em até 30 (trinta) corridos dias após a assinatura do contrato, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela CONTRATANTE no ato de formalização da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Deve ser formalmente designado o preposto da empresa CONTRATADA, antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, conforme previsão contida na IN 05/2017-MPOG.

PARÁGRAFO QUARTO. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro profissional para o exercício da atividade.

PARÁGRAFO QUINTO. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO SEXTO. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Os empregados deverão desenvolver suas atividades uniformizados,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

observadas todas as disposições do Termo de Referência.

PARÁGRAFO OITAVO. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA OITAVA – DA JORNADA DE TRABALHO

Os serviços de supervisor administrativo, assistentes administrativos, auxiliar de jardinagem e afins, oficial de manutenção predial, almoxarife e carregador/estiva serão executados de segunda-feira à sexta-feira, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais (jornada diária de 8h48 minutos), no período compreendido entre 7h e 22h, com intervalo para almoço/descanso de 1 hora (60 minutos), e, excepcionalmente aos sábados, domingos e feriados, mediante compensação de jornada, conforme a necessidade do serviço, excepcionando-se os serviços de telefonistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Conforme os objetivos e diretrizes estabelecidos no estudo conduzido pelo GT-Normativos/PGT (PGEA nº 20.02.0001.0001579/2024-44), não haverá incidência de dedução no faturamento mensal quando houver o cumprimento regular da jornada de trabalho diária de 8 horas e não for exigida, pela Administração, a complementação na forma acima prevista.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os serviços de telefonista serão executados de segunda a sexta-feira, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas e carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias ininterruptas, no período compreendido entre 7 horas e 20 horas, com horário para descanso conforme estabelecido na Convenção Coletiva da categoria, se for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As horas excedentes ou faltantes deverão ser compensadas dentro do mês a ser faturado, nos termos do art. 59, § 6º da CLT. Excepcionalmente, poderá ser autorizada a formação de banco de horas, de acordo com cronograma estabelecido pelo fiscal do contrato, devendo a compensação ser feita no prazo máximo de 6 (seis) meses, observando-se os dispositivos legais aplicáveis.

PARÁGRAFO QUARTO. As jornadas descritas nos itens anteriores poderão ser remanejadas de acordo com a conveniência administrativa da CONTRATANTE, preferencialmente dentro do período predeterminado, desde que não exceda a carga horária de trabalho semanal previamente estabelecida, e que a CONTRATADA seja informada, no mínimo, com 48 horas de antecedência.

PARÁGRAFO QUINTO. A CONTRATANTE terá o direito de alterar os horários estabelecidos, respeitada a natureza diurna e a jornada de trabalho diária, sempre que julgar necessário, bastando comunicar antecipadamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO. Aos sábados, domingos e feriados, e nos períodos noturnos de segunda a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

sexta-feira, os serviços, quando necessários, serão prestados em regime de chamada eventual para os casos excepcionais e de urgência, mediante regime de compensação de jornada.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Os serviços excepcionalmente realizados em horas suplementares deverão ser previamente solicitados, justificados e autorizados pela administração e pela CONTRATADA, e não poderão ultrapassar 02 (duas) horas diárias, mediante a concessão de intervalo na forma regulamentar, sendo vedada a remuneração. As horas excedentes serão compensadas de acordo com as normas trabalhistas vigentes e com a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, devendo ser observado o limite máximo de 60 (sessenta) horas mensais. Será considerado serviço em horário suplementar aquele que exceder à jornada diária e a carga horária semanal estabelecida.

PARÁGRAFO OITAVO. Não serão concedidos aos trabalhadores da CONTRATADA direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros, exceto mediante as hipóteses de compensação de jornada previamente convencionadas e/ou autorizadas, a critério e no interesse da administração.

PARÁGRAFO NONO. Nas hipóteses de faltas aos serviços em decorrência de paralização do transporte público, interesses particulares e quaisquer situações assemelhadas, não havendo a imediata cobertura do posto de trabalho, a CONTRATANTE está autorizada a processar a glosa proporcional ou total das horas não trabalhadas, ficando, todas as obrigações trabalhistas decorrentes das referidas faltas, integralmente sob responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Excepcionalmente, a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada a prestação dos serviços em dias, horários e locais distintos daqueles indicados nos subitens anteriores, mantidas as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Os serviços que exigirem a paralisação das instalações deverão ser executados em horário que não dificulte o desempenho das atividades da CONTRATANTE, inclusive se necessário nos finais de semana, feriados, ou fora do horário normal de expediente, compensados nos termos legais.

I. O controle do cumprimento da carga horária será feito mediante instalação, pela empresa CONTRATADA, de pelo menos 02 (dois) relógios de controle de ponto biométrico (impressão digital), ou equivalente técnico, conforme especificações constantes na portaria nº 1.510/2009 – MTE, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. Os relógios de controle de ponto biométrico deverão ser instalados em até 5 (cinco) dias a contar do início da execução do contrato;

II. O sistema de controle de frequência deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho, permitindo o acesso aos respectivos dados por parte da fiscalização.

III. Os funcionários da CONTRATADA deverão registrar no sistema eletrônico indicado no item anterior os horários de início e término de sua jornada de trabalho, bem como os horários de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

intervalo para refeição, permitindo aferir a totalização mensal de horas efetivamente exercidas em cada posto de trabalho;

IV. A instalação do sistema eletrônico de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços relativamente à permanência no posto de trabalho e à efetiva prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS

As atribuições dos empregados estão elencadas de acordo com cada categoria, conforme estabelecido no **capítulo 9 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS UNIFORMES

A CONTRATADA deverá fornecer 2 (dois) conjuntos de uniformes completo a cada empregado, no início da execução do contrato, em conformidade com as especificações usuais de cada categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Deverá ser fornecido 1 (um) novo conjunto de uniforme a cada 6 (seis) meses.

I. Poderá ser solicitado o fornecimento de uniformes em prazo inferior, sempre que as peças não mais atenderem às condições mínimas de apresentação, os quais deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias a contar da notificação.

II. No 31º mês de vigência contratual, assim como no início da vigência da prorrogação contratual, deverão ser fornecidos 2 (dois) novos conjuntos de uniformes, conforme quantitativo previsto para o início da vigência do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O conjunto de uniforme deverá ser composto de peças compatíveis com a atividade desenvolvida pelo profissional, nas especificações mínimas e quantitativos estabelecidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATADA deverá submeter à CONTRATANTE, previamente, amostras dos uniformes para aprovação de modelo, cor e qualidade do material empregado, resguardando-se a possibilidade de substituição das peças consideradas inadequadas.

PARÁGRAFO QUARTO. Os uniformes deverão ser entregues a todas as categorias profissionais mediante recibo (relação nominal, assinada e datada por cada profissional), cuja cópia acompanhada do original deverá ser enviada ao fiscal do contrato, para controle pelo gestor.

PARÁGRAFO QUINTO. O uso de todas os componentes do uniforme e do crachá é obrigatório, devendo todas as peças ser fornecidas pela CONTRATADA e substituídas assim que apresentarem



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br




qualquer defeito, não podendo, em hipótese alguma, o funcionário exercer suas atividades sem estar devidamente trajado e identificado.

I. Excepcionalmente, o uso dos blazers é facultativo por parte dos profissionais, assim como dos jalecos guarda-pó quando os profissionais não estiverem desempenhando atividades técnicas ou operacionais que o exijam.

PARÁGRAFO SEXTO. É parte essencial da apresentação do empregado, além do uso de uniforme de boa qualidade, a boa postura comportamental e seu asseio, a busca pela manutenção de suas roupas sempre limpas e bem passadas, unhas e barbas bem cuidadas, cortadas, e limpas, cabelos bem penteados, enfim, cuidados que visam manter um bom padrão de higiene.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Detalhamento, descrição mínima e totalização das peças que compõem os uniformes a serem fornecidos durante os 60 meses de vigência contratual, por posto:

I – Supervisor, assistente administrativo e telefonista

CONJUNTO FEMININO			QUANTIDADE		
Item	Descrição	Modelo	Total 60 meses	Início do Contrato	Durante a Vigência do Contrato
1	Blazer em microfibra com elastano (95% poliéster 5% elastano), cor a definir, tecido leve, básico, corte clássico, anatômico, compatível com as demais peças que compõem o conjunto de uniforme. (UN)		12	2	1 semestral
2	Camisa social em tricoline mista, com 65% algodão e 35% poliéster, manga ¾ com stretch, logotipo de identificação da vempresa, cor a definir. (UN)		24	4	2 semestral
3	Calça em microfibra com elastano (95% poliéster 5% elastano), tecido leve, básica, corte clássico, cós anatômico, cintura alta, sem pregas, cor a definir. (UN)	--	12	2	1 semestral
4	Saia em microfibra com elastano (95% poliéster 5% elastano), modelo secretária, comprimento na altura do joelho, cor a definir. (UN)		12	2	1 semestral
5	Vestido em microfibra com elastano (95% poliéster 5% elastano), tipo tubinho, sem fenda, sem manga, comprimento na altura do joelho, logotipo da empresa no lado esquerdo superior, cor a definir. (UN)		12	2	1



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

6	Sapato de boa qualidade, estilo scarpin, em couro envernizado manufaturado para calçado, forro e palmilha em couro e solado de borracha, salto de pelo menos 3cm (três centímetros) de altura, cor preta. Referência: marca Picadilly, Beira Rio, Dakota ou equivalente. (PAR)	--	12	2	1 semestral
7	Sapatilha de boa qualidade, em couro envernizado manufaturado para calçado, forro e palmilha em couro e solado de borracha, cor preta. Referência: marca Picadilly, Beira Rio, Dakota ou equivalente. (PAR)	--	12	2	1 semestral
8	Lenços ou echarpes para o pescoço, de boa qualidade, cor a definir. (UN)	--	12	2	1 semestral

CONJUNTO MASCULINO		QUANTIDADE		
Item	Descrição	Total 60 meses	Início do Contrato	Durante a Vigência do Contrato
1	Blazer em microfibra, cor preta, tecido leve, básico, corte clássico, anatômico, compatível com as demais peças que compõem o conjunto de uniforme. (UN).	12	2	1 semestral
2	Camisa social em tricoline mista, com 65% algodão e 35% poliéster, gola dupla reforçada, manga comprida, estampa lisa, cor a definir, com logotipo da empresa. (UN)	24	4	2 semestral
3	Meia social, cor a definir. Referência: marca Lupo ou equivalente. (PAR)	24	4	2 semestral
4	Calça social em Oxford, corte clássico, zíper de metal inoxidável, cor a definir. (UN)	24	4	2 semestral
5	Cinto em couro legítimo 100%, de excelente qualidade, cor a definir, com fivela de metal, garra regulável. (UN)	12	2	1 semestral
6	Sapato social, em couro macio legítimo 100%, cor a definir, confortável, com cadarço, solado emborrachado tipo Amazonas, compatível com a natureza do serviço. (PAR)	20	2	2 semestral



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

II – Almoxarife:

CONJUNTO MASCULINO/FEMININO		QUANTIDADE		
Item	Descrição	TOTAL 60 meses	Início do Contrato	Durante a Vigência do Contrato
01	Camiseta de malha, gola polo, de boa qualidade, compatível com o ambiente de trabalho, cor a definir. (UN)	24	4	2 semestral
02	Calça comprida, tipo Jeans, de boa qualidade. (UN)	24	4	2 semestral
03	Cinto em couro legítimo 100%, de excelente qualidade, cor a definir, fivela de metal, garra regulável. (UN)	12	2	1
04	Calçado, tipo tênis/sapatênis, modelo masculino ou feminino, de boa qualidade. (PAR)	20	2	2 semestral
05	Meia em algodão, tipo soquete, adequada ao calçado fornecido, cor a definir. (PAR)	24	4	2 semestral

III – Oficial de manutenção predial (artífice) e auxiliar de jardinagem:

CONJUNTO MASCULINO/FEMININO		QUANTIDADE		
Item	DESCRIÇÃO	TOTAL 60 meses	Início do Contrato	Durante a Vigência do Contrato
01	Camiseta de malha, gola polo, de boa qualidade, compatível com o ambiente de trabalho, cor a definir. (UN)	24	4	2 semestral
02	Calça jeans ou de brim, cor azul ou preta, de boa qualidade. (UN)	24	4	2 semestral
03	Cinto em couro legítimo 100%, de excelente qualidade, cor a definir, fivela de metal, garra regulável. (UN)	12	2	1 semestral
04	Jaleco guarda pó, comprido, em tecido de boa qualidade, mangas curtas e bolsos na parte inferior frontal, compatível com a natureza da atividade. (UN)	12	2	1 semestral
05	Bota ou calçado de segurança, compatível com a natureza dos serviços, em couro manufaturado, forro e palmilha em couro e solado de borracha (ou equivalente técnico), cor preta. (PAR)	20	2	2 semestral
06	Meia em algodão, tipo soquete, adequada ao calçado fornecido, cor a definir. (PAR)	24	4	2 semestral



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

IV - Carregador:

CONJUNTO MASCULINO/FEMININO		QUANTIDADE		
Item	Descrição	Total 60 meses	Início do Contrato	Durante a Vigência do Contrato
01	Camiseta de malha, gola polo, de boa qualidade, compatível com o ambiente de trabalho, cor a definir. (UN)	24	4	2 Semestral
02	Calça jeans, azul ou preta, de boa qualidade, compatível com o ambiente de trabalho. (UN)	24	4	2 semestral
03	Cinto em couro legítimo 100%, de excelente qualidade, cor a definir, com fivela de metal, garra regulável. (UN)	12	2	1 semestral
04	Bota ou calçado de segurança, de boa qualidade, com solado antiderrapante, compatível com a natureza do serviço. (PAR)	20	2	2 semestral
05	Meia em algodão, tipo soquete, adequada ao calçado fornecido, na cor preta. (PAR)	24	4	2 semestral

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)

As disposições referentes aos materiais e equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários às execuções dos serviços estão estabelecidos no Capítulo 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, a partir da assinatura do contrato, no edifício sede da Procuradoria-Geral, sito à SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A – Brasília/DF, CEP 70.040-250, bem como nos apartamentos funcionais e outras unidades externas postas à disposição da PGT, quando necessário e de acordo com a atribuição de cada categoria profissional, e serão recebidos da seguinte forma:

- I. **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- II. **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias corridos, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e administrativa da CONTRATADA, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso o objeto não seja compatível com as especificações solicitadas, a CONTRATADA deverá proceder à sua regularização imediata.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou com as especificações técnicas.

PARÁGRAFO QUARTO. O prazo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso os serviços apresentem incompatibilidades com o especificado, a CONTRATADA deverá proceder a sua regularização imediata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESERVA DE VAGA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA DECORRENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ORIUNDOS OU EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E DOS BENEFICIÁRIOS REABILITADOS OU PESSOAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, HABILITADAS

Conforme previsto em edital e na forma disposta em regulamento, com fundamento no art. 25, § 9º, da Lei nº 14.133/2023, será exigido que haja um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas presas e/ou egressas do sistema prisional e beneficiários reabilitados ou deficientes habilitados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O atendimento e a implementação dos requisitos exigidos relativamente a cada um dos programas estabelecidos deverão ser intermediados pela CONTRATADA junto às instituições públicas parceiras, mediante utilização dos respectivos cadastros para realizar o processo seletivo e a contratação do trabalhador ou trabalhadora.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O disposto nesta cláusula se aplica aos postos de trabalho fixos, não incluídas as coberturas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATANTE manterá canais de acompanhamento para as pessoas contratadas em situação de vulnerabilidade, observada a legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO QUARTO. Com fundamento no art. 2º, Parágrafo Único da Portaria nº 917/2021-PGT/MPT, que instituiu no âmbito da Procuradoria-Geral do Trabalho o Programa de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar; nos arts. 6º, XVI e 25 da Lei nº 14.133/2021; no Decreto nº 11.440/2023 que dispõe sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica; e no Termo de Acordo de Cooperação nº 36/2023, firmado entre a Procuradoria Geral do Trabalho e a Secretaria do Estado da Mulher do Distrito Federal-SMDF, que disciplina ações conjuntas que assegurem a Assistência a Mulheres em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

Situação de Vulnerabilidade Econômica Decorrente de Violência Doméstica e Familiar, a CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos:

- I.** Nas contratações que tenham por objeto a prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) postos, será reservado o percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, atendida a qualificação profissional necessária.
- II.** As vagas de que trata o subitem antecedente incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006 e no art. 3º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 11.430/2023.
- III.** As vagas serão destinadas, prioritariamente, a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- IV.** As empresas prestadoras de serviços continuados e terceirizados deverão efetivar a contratação das trabalhadoras, por meio de processo seletivo, dentro do percentual estipulado mediante acesso a cadastro mantido pela SMDF.
- V.** A identidade das trabalhadoras contratadas em atendimento ao Programa será mantida em sigilo pela empresa, vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções.
- VI.** O percentual de vagas disposto neste subitem deve ser obedecido durante toda a execução contratual, considerando-se a fração igual ou superior a oito décimos como 1 (um) inteiro.
- VII.** A CONTRATADA será autorizada pela CONTRATANTE a solicitar à SMDF a relação nominal de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e respectivos currículos necessários a admissão no cargo, bem como no caso de demissões das mulheres, quando houver, para eventuais substituições.
- VIII.** A relação nominal e os currículos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, deverão ser apresentadas pela SMDF no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação apresentada pela CONTRATADA, sendo que, na hipótese de não atendimento do prazo estipulado, a vaga poderá ser preenchida na forma regular.
- IX.** As profissionais contratadas na forma deste subitem deverão ser liberadas para acompanhamento psicossocial nas Unidades da SMDF ou nas dependências da CONTRATANTE, mediante previa solicitação apresentada pela SMDF no prazo mínimo de 01 (uma) semana de antecedência, condicionada à comprovação por meio de documento hábil.
- X.** O processo seletivo deverá ser realizado com todas as mulheres constantes na relação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

encaminhada pela SMDF, cabendo à CONTRATADA apresentar o resultado obtido, contendo a quantidade de contratos efetivados, os nomes de mulheres contratadas e os nomes com motivos de não contratação.

XI. As candidatas contratadas poderão ser submetidas a suporte técnico e psicológico prestados pela SMDF, por um período de, no mínimo, 06 (seis) meses, mediante participação em oficinas, palestras, terapias de grupo, atendimento por equipe técnica vinculada aos equipamentos da SMDF, e por meio da articulação de serviços da rede que possam contribuir para a permanência e desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho, tais como: ampliação do acesso a benefícios e direitos sócio assistenciais, encaminhamento para qualificação profissional adequadas ao seu contexto de atuação, acesso a vagas em creche e à modalidade de ensino integral.

XII. As atividades poderão ser realizadas tanto nos equipamentos públicos vinculados à SMDF quanto nas dependências da CONTRATANTE, conforme disponibilidade, no horário da jornada de trabalho, mediante abono de horas correspondentes.

XIII. A CONTRATANTE manterá canais de acompanhamento para as pessoas contratadas em situação de vulnerabilidade, observada a legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO QUINTO. Com fundamento nos arts. 5º e 6º do Decreto nº 9.450/2018 que institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional; na Recomendação nº 86 de 28 de setembro de 2021 do Conselho Nacional do Ministério Público, que preconiza aos ramos e às unidades do Ministério Público Brasileiro a adoção de medidas estruturantes para a melhoria das condições ambientais e de acesso ao trabalho no âmbito do Sistema Prisional; e no art. 189 da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá contratar pessoas egressas, conforme os seguintes requisitos:

I. Para efeito do disposto neste subitem, a empresa deverá contratar pessoas egressas do sistema prisional, na proporção de 3% (três por cento) das vagas disponibilizadas. O percentual indicado poderá sofrer alteração em decorrência de normatização superveniente que estabeleça outros limites para a matéria.

II. A efetiva contratação do percentual indicado será exigida da proponente vencedora quando da assinatura e implementação do contrato.

III. A certificação de inexistência de pessoas aptas, regularmente atestada pelo órgão competente, mediante previa análise e justificativa por parte da administração quanto à sua inviabilidade, poderá sobregar a contratante quanto à implementação da medida prevista neste subitem.

IV. Havendo demissão de pessoa que se enquadre na cota prevista neste subitem, a contratada deverá proceder a comunicação ao fiscal do contrato ou responsável indicado pela contratante, em até cinco dias, e providenciar o preenchimento da vaga em aberto para fins de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

cumprimento dos limites previstos.

V. A CONTRATADA deverá manter em sigilo a identidade do(a) trabalhador(a) contratado(a) em atendimento ao respectivo Programa, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções, na forma da lei.

VI. A CONTRATANTE manterá canais de acompanhamento para as pessoas contratadas em situação de vulnerabilidade, observada a legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO SEXTO. Será exigido da CONTRATADA, conforme previsto em lei e em outras normas específicas, o seguinte:

I. Com fundamento no art. 93 da Lei 8.213/1991 onde se estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas; e no art. 25, IV, da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos:

a) A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, nas proporções estabelecidas no dispositivo.

b) A CONTRATADA deverá manter em sigilo a identidade do(a) trabalhador(a) contratado(a) em atendimento ao respectivo Programa, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

I. Executar o objeto em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas no Termo de Referência e no Edital de Licitação, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes à formação do preço;

II. Executar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, cumprindo a legislação em vigor pertinente, as recomendações de boas práticas e as normas técnicas.

III. Executar o objeto diretamente, responsabilizando-se integral e exclusivamente pela qualidade, apresentação e perfeição do objeto.

IV. Observar e cumprir rigorosamente a legislação que regulamenta a atividade.

V. Executar com perfeição, eficiência e qualidade técnica o objeto, observando o prazo máximo estipulado no Termo de Referência.

VI. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência razoável, os motivos de ordem



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

técnica que impossibilitem a execução do objeto dentro do prazo previsto, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela inobservância dos prazos, salvo justo motivo comprovado, caso fortuito ou força maior.

VII. Manter a CONTRATANTE informada sobre eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail.

VIII. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros por atos de dolo ou culpa provenientes da execução dos serviços.

IX. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

X. Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre que solicitada pelo fiscal do contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos.

XI. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais.

XII. Acatar as orientações e o gerenciamento dos trabalhos por parte do fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE.

XIII. Comunicar imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

XIV. Apresentar, caso seja necessário o pagamento direto por parte da CONTRATANTE na conta dos empregados relacionados ao contrato, no prazo de 48 horas a contar do recebimento da notificação, toda a documentação necessária ao processamento do pagamento.

XV. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

XVI. Disponibilizar os empregados devidamente identificados por crachás (com fotografia recente), sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer na higiene pessoal.

XVII. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica e água.

XVIII. Manter a disciplina nos locais dos serviços, substituindo, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, após a notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios.

XIX. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 horas, o desligamento de empregado da CONTRATADA, devendo a substituição ser promovida no mesmo prazo. Os



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

empregados substitutos devem ser orientados sobre as técnicas de execução dos serviços.

XX. Manter sediados junto à CONTRATANTE, durante os turnos de trabalho, profissionais capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

XXI. Nomear supervisor responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento das atividades, os quais devem permanecer no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços.

XXII. Atribuir ao supervisor administrativo, as funções de coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços; cuidar da disciplina e controlar a assiduidade e pontualidade dos empregados, bem como a apresentação pessoal destes;

XXIII. Estabelecer mecanismos de suporte à supervisão contratual de forma que este possa desempenhar suas atividades com eficiência e sem sobrecarga, não lhes atribuindo funções alheias à execução do serviço, tais como emissão de relatórios gerenciais, emissão de relatórios financeiros, consolidação de faturamentos e glosas, os quais são de competência da área de recursos humanos e financeiro da empresa.

XXIV. Orientar o supervisor da obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao fiscal do contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

XXV. Implantar imediatamente a mão de obra no respectivo posto, munida de equipamento de Proteção Individual – EPI, devidamente uniformizada e identificada, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de assumir conforme o estabelecido.

XXVI. Submeter, de imediato, para conferência e identificação pela CONTRATANTE, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados em razão de demissões, admissões ou substituições de empregados.

XXVII. Apresentar recibo da entrega dos uniformes e EPI's devidamente assinados pelos funcionários a cada entrega, isto é, no início do contrato e a cada seis meses.

XXVIII. Manter os empregados uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes em quantidade e qualidade suficientes para se apresentarem dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis.

XXIX. Cumprir, além das normas legais vigentes em âmbito federal e distrital, as normas de segurança da Administração.

XXX. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios e acidentes nas áreas da CONTRATANTE.

XXXI. Registrar e controlar, juntamente com o fiscal da CONTRATANTE, diariamente, a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.

XXXII. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

XXXIII. Indicar, quando da assinatura do contrato, o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa e/ou do escritório de representação na cidade onde os serviços serão prestados.

XXXIV. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

XXXV. Acatar as orientações da fiscalização designada pela CONTRATANTE, levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim.

XXXVI. Tratar e negociar todo e qualquer assunto relativo à execução do contrato somente com o Fiscal do Contrato, sem que haja ingerência de terceiros não credenciados para tal fim.

XXXVII. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, do local próximo às suas residências ao local de trabalho e vice-versa, por meios próprios em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário, bem como alimentação e outros benefícios previstos na legislação trabalhista.

XXXVIII. Fornecer antecipadamente aos seus empregados auxílio-transporte, auxílio alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades e de acordo com a legislação vigente.

XXXIX. Pagar os salários por meio de depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

XL. A CONTRATADA deverá pagar a título de salário, no mínimo, o valor previsto na Planilha de Composição de Preços máximos estimados pela CONTRATANTE ou, se superior, aquele aplicável por força de Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho, observado, em todo o caso, o valor máximo estimado e admitido para a contratação e para cada posto de serviço.

XLI. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

XLII. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

XLIII. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

XLIV. Substituir em caso de faltas, licenças ou a pedido da CONTRATANTE, os empregados alocados nos postos, respondendo por quaisquer ocorrências no decorrer do período em que for constatada a sua ausência.

XLV. Comunicar imediata e formalmente à CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer substituições, informando os motivos e a duração delas, apresentando as documentações comprobatórias, e posteriormente, comprovante (contracheque), referente ao período de substituição.

XLVI. Impedir que mão de obra com registro de falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da CONTRATANTE.

XLVII. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões estabelecidos para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE.

XLVIII. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos seus empregados.

XLIX. Instruir os profissionais alocados quanto à necessidade de acatar as orientações do fiscal da CONTRATANTE intermediadas por meio do encarregado/supervisor ou preposto da CONTRATADA, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas Regimentais e Disciplinares e de Segurança e Medicina do Trabalho, não caracterizando a manutenção de qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

L. Instruir seus empregados a não executarem serviços particulares a pedido de servidores da CONTRATANTE.

LI. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente ao setor competente da CONTRATANTE, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente à força de trabalho alocada às atividades objeto desta licitação, sem o que, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas para liquidação.

LII. Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e do recolhimento dos encargos sociais de seus empregados utilizados na execução do contrato.

LIII. Fornecer ao Fiscal do contrato o relatório técnico mensal das atividades realizadas, constando relações nominais de licenças, faltas, se houver, bem assim escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos.

LIV. Apresentar à CONTRATANTE, com no mínimo 3 (três) meses de antecedência, escala de férias para fins de avaliação, observada a necessidade de serviços da CONTRATANTE.

LV. Proibir o acesso por parte de seus empregados à internet em sites que não estejam



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

relacionados com o objeto do serviço contratado, sendo permitido somente o acesso aos softwares e aos diretórios relacionados à execução dos trabalhos contratados.

LVI. Dar conhecimento prévio à fiscalização da CONTRATANTE das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, férias, exclusões ou inclusões necessárias.

LVII. Cumprir todas as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho.

LVIII. Atender prontamente, sem ônus para CONTRATANTE, quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deste Termo de Referência.

LIX. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes com os seus empregados em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade.

LX. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade. Não sendo possível a substituição do bem desaparecido, danificado ou extraviado, a CONTRATANTE poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva aos cofres públicos.

LXI. Cumprir rigorosamente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados, sem transferir a responsabilidade à CONTRATANTE.

LXII. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar serviços na CONTRATANTE, encaminhando atestado de boa conduta e demais referências orientando-os para que se comportem sempre de forma cordial com os demais e se apresentem sempre dentro dos padrões de eficiência e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços.

LXIII. Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), ficando a cargo da CONTRATADA e as suas expensas o fornecimento desses equipamentos. A fiscalização da CONTRATANTE poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA.

LXIV. Credenciar, junto à CONTRATANTE, empregados do quadro administrativo da CONTRATADA, para que, em dia e horário definidos, procedam com a distribuição de uniformes, contracheque, vale-transporte, vale-refeição e outras responsabilidades da CONTRATADA, no endereço de prestação do serviço, sem comprometimento à perfeita execução dos serviços.

LXV. Manter efetivo de pessoal mínimo previsto para a execução dos serviços, sem interrupção e independentemente de qualquer motivo, como descanso semanal, licença, greve, falta



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

LXVI. Promover cursos de formação, capacitação, treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho aos seus empregados anualmente, ou de acordo com a necessidade da administração.

LXVII. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação, apresentando a administração, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes.

LXVIII. Não invocar atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, para se eximir do cumprimento de obrigações trabalhistas com seus empregados nas datas regulamentares.

LXIX. Fornecer a cada empregado quantitativo de Vale-Refeição ou Alimentação suficiente para cada mês, bem como vale-transporte também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque, residência/trabalho e vice-versa, durante todo o mês, ambos em uma única entrega, no último dia útil do mês que antecede a utilização.

LXX. Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com a fatura mensal, recibos de Vale-Alimentação e Vale Transporte relativos ao mês subsequente ao da fatura em questão, sob pena de não atesto de fatura.

LXXI. Apresentar, a partir do segundo mês da prestação dos serviços, comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês anterior de referência da prestação do serviço, com o efetivo declarado, na forma do parágrafo 4º do artigo 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995.

LXXII. Não transferir a outrem no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

LXXIII. Não caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual.

LXXIV. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a PGT reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

LXXV. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

econômico-financeira.

LXXVI. Apresentar à CONTRATANTE, no início da execução dos serviços, relação de seus bens eventualmente alocados para execução dos serviços, atualizando-a sempre que ocorrer alteração, bem como promover a identificação dos itens de forma a não serem confundidos materiais de propriedade da CONTRATANTE.

LXXVII. Implantar a adequada planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

LXXVIII. Executar os serviços, obedecendo os prazos estabelecidos pela Administração, empregando a mão de obra especificada, utilizando materiais e equipamentos de excelente qualidade, na quantidade demandada, satisfazendo o público usuário e cumprindo todas as obrigações decorrentes do contrato em observância às disposições da IN/SLTI/MP nº 05/2017, e as outras legislações correlatas.

LXXIX. Executar os serviços com esmero, dentro dos padrões de exigência da CONTRATANTE e dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas.

LXXX. Acatar as exigências da fiscalização da PGT quanto à execução dos serviços, horários de turnos, correção das deficiências, dentre outros.

LXXXI. Inspeccionar, por intermédio do supervisor administrativo, os locais onde os profissionais executam os serviços, através de rondas de inspeção e orientação dos empregados.

LXXXII. Manter “Diário de Ocorrência” fornecido pela própria CONTRATADA onde serão realizadas pelos encarregados e supervisores as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, tais como: indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, causa e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, faltas nos postos de serviços e suas respectivas coberturas.

LXXXIII. Não contratar, durante a execução do contrato, servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.

LXXXIV. Encaminhar ao Fiscal do Contrato a relação dos empregados que executarão os serviços, bem como a comprovação da formação exigida neste documento, podendo o Fiscal do Contrato impugnar aqueles que não preencherem as condições técnicas necessárias.

LXXXV. Pagar o 13º (décimo terceiro) salário (gratificação natalina) aos empregados, a um só tempo, até o décimo segundo dia do mês de dezembro de cada ano, na proporção a que fizer jus o empregado, exceto se houver disposição contrária na Convenção Coletiva, CLT ou Lei.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

LXXXVI. Comprovar, no prazo máximo de 60 dias contados a partir da formalização do contrato, que mantém um representante ou escritório de representação na cidade de Brasília/DF que deverá ser o contato direto com a PGT no que diz respeito à execução e fiscalização do contrato, viabilizando o acompanhamento da prestação dos serviços e o saneamento imediato de quaisquer impropriedades eventualmente identificadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não será necessário o encaminhamento de reposição/cobertura para o posto de trabalho liberado nos períodos legais de usufruto das férias, as quais devem ser concedidas, preferencialmente, nos meses de janeiro, julho e dezembro, mediante escala a ser previamente apresentada pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização.

I. A medida econômica prevista no subitem anterior justifica-se em razão do período de recesso entre os dias 20 de dezembro a 06 de janeiro, a carga horária tradicionalmente reduzida para membros e servidores nos meses de janeiro e julho e a baixa rotatividade e frequência de membros, servidores e usuários nos períodos indicados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. É dispensada a reposição/cobertura dos postos quando os afastamentos forem inferiores a 10 dias corridos, sendo processada, nesses casos, a glosa correspondente ao período não trabalhado.

PARÁGRAFO TERCEIRO. É reservado à CONTRATANTE o direito de autorizar ou não as eventuais substituições de acordo com os interesses do serviço, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação ao Fiscal do Contrato, não sendo permitida a dobra de jornada.

PARÁGRAFO QUARTO. Sempre que houver mudança na equipe permanente, o Fiscal do Contrato deverá ser notificado por escrito, sendo que o aceite do novo profissional ficará a cargo da CONTRATANTE, que verificará se todas as exigências contratuais foram cumpridas.

PARÁGRAFO QUINTO. No interesse da administração, a fiscalização poderá ordenar a imediata retirada do local, de empregado que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência, a exclusivo critério da CONTRATANTE, julgar inconveniente.

PARÁGRAFO SEXTO. Excepcionalmente, a fiscalização poderá requerer a imediata substituição/reposição de empregado afastado ou que faltar ao serviço, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A CONTRATANTE não repassará à CONTRATADA valores referentes a benefícios não previstos na Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho ou previstos de forma não obrigatória mas que onerem exclusivamente o tomador dos serviços, a exemplo do Plano de Assistência à Saúde, ou, ainda, que se apliquem exclusivamente à Administração Pública, nos termos do art. 6º c/c o art. 57, § 1º da Instrução Normativa nº 05/2017 MPDG, da Orientação Normativa nº 63/2020-CGU e dos Pareceres nº 887/2020-AUDIN/MPU,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

930/2020-AUDIN/MPU e 962/2020-AUDIN/MPU, ressalvados os encargos criados por força de lei ou de outros instrumentos legais que ensejarem a modificação do atual entendimento.

PARÁGRAFO OITAVO. A CONTRATANTE poderá realizar diligência nas instalações da CONTRATADA, com vistas a verificar a veracidade das informações prestadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS VEDAÇÕES DA CONTRATADA

É vedado à CONTRATADA:

- I. Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Trabalho, sob pena de rescisão contratual.
- II. Utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.
- III. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
- IV. Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- I. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido, desde que atendidas as condições de execução pactuadas e de que inexistam obrigações pendentes.
- II. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- III. Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso do representante ou preposto da CONTRATADA ao local de reuniões, desde que devidamente identificado e acompanhado por representante da CONTRATANTE.
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço através de um servidor especialmente designado, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e/ou a rescisão do contrato caso a CONTRATADA descumpra qualquer das cláusulas estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

- V. Emitir o aceite do objeto contratado após a verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.
- VI. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- VII. Anotar, em registro próprio, todas as intercorrências relacionadas à execução do objeto.
- VIII. Não permitir a execução do objeto em desacordo com as obrigações assumidas.
- IX. Fazer cumprir as disposições do Termo de Referência.
- X. Manter atualizados os dados dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato.
- XI. Garantir uma comunicação eficiente com a CONTRATADA, por intermédio dos meios oficiais (via e-mail, expedição eletrônica, carta registrada com aviso de recebimento ou, dependendo da emergência ou necessidade da celeridade da informação, via telefone), prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, bem como qualquer outra necessária ao desenvolvimento das atividades.
- XII. Indicar o local de prestação do serviço e assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados.
- XIII. Notificar, por escrito e com antecedência, a ocorrência de quaisquer débitos porventura existentes (multas, danos causados e outros).
- XIV. Determinar o imediato afastamento de qualquer empregado integrante da equipe designada para a execução dos serviços que, a seu exclusivo critério, esteja sem uniforme, ou sem crachá, ou dificultando a fiscalização, ou prejudicando o bom andamento ou a boa qualidade dos serviços, ou que não acate suas ordens nem respeite sua autoridade, ou cuja permanência na área for julgada inconveniente.
- XV. Descontar das parcelas mensais as faltas ao serviço do pessoal designado para execução dos serviços, conforme apontado pelo Fiscal do Contrato e em alinhamento com o Índice de Medição de Resultados, desde que não tenham sido promovidas as devidas substituições, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- XVI. Deduzir da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços de telefonia, especiais ou interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente tais serviços forem feitos para atendimento de interesses particulares dos empregados da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Na hipótese de inadimplemento por parte da CONTRATADA relativamente ao pagamento de salários, a CONTRATADA fica autorizada, desde a formalização do contrato, a efetuar o pagamento direto na conta dos profissionais alocados, sem prejuízo quanto à apuração de responsabilidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATANTE estará expressamente e irrevogavelmente autorizada pelo contrato a fazer desconto nas faturas para realizar os pagamentos dos salários, benefícios (auxílios alimentação e transporte) e outras verbas trabalhistas relacionadas ao contrato (ex.: férias, rescisões) diretamente aos trabalhadores vinculados à contratação, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela Contratada.

PARÁGRAFO QUARTO. Quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente na conta dos empregados por parte da CONTRATANTE, na forma prevista nos subitens antecedentes, os valores correspondentes serão retidos cautelarmente e depositados em conta judicial destinada exclusivamente ao pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Serão designados para acompanhamento e fiscalização, a título de representantes da Procuradoria-Geral do Trabalho, servidores como fiscais titular e substituto, os quais deverão:

- I. Fiscalizar a execução do objeto, de modo a que sejam cumpridas, integralmente, as especificações, direitos e obrigações firmados pelos contratantes;
- II. comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades;
- III. determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, podendo sustar a execução de quaisquer trabalhos, em casos de desacordo com o especificado ou por motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- IV. sugerir que seja sustado o pagamento das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA das obrigações avençadas;
- V. Comunicar e procurar sanar as deficiências porventura verificadas durante a execução contratual;
- VI. Atestar os documentos relacionados ao faturamento dos serviços, após comprovada a fiel e correta execução, para fins de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

conformidade do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações avençadas

PARÁGRAFO SEGUNDO. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a participação no certame licitatório implica no reconhecimento do direito de a Administração, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, estabelecendo métodos e processos de inspeção, verificação e controle, diretamente ou por prepostos designados.

PARÁGRAFO QUARTO. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO. A fiscalização administrativa e técnica poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ 22.769.256,70 (vinte e dois milhões e setecentos e sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos), sendo o valor anual R\$ 4.553.851,34 (quatro milhões e quinhentos e cinquenta e três mil e oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos) e o valor mensal de R\$ 379.487,61 (trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos), conforme a tabela abaixo:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

Categoria	Quant	Custo unitário do posto (A)	Auxílio Saúde + Plano odontológico + Seguro de vida (B)	Custo mensal (A+B)	Custo anual (A+B)x12	Custo Anual do VT e VR pela não substituição	Custo Total anual após dedução do VR e VT	Valor mensal após dedução do VR e VT
Supervisor Administrativo	1	R\$ 6.857,91	R\$ 203,29	R\$ 7.061,20	R\$ 84.734,40	R\$ 1.064,88	R\$ 83.669,52	R\$ 6.972,46
Assistente administrativo	58	R\$ 5.470,02	R\$ 203,29	R\$ 329.051,98	R\$ 3.948.623,76	R\$ 65.037,72	R\$ 3.883.586,04	R\$ 323.632,17
Almoxarife	1	R\$ 5.453,20	R\$ 203,29	R\$ 5.656,49	R\$ 67.877,88	R\$ 1.121,34	R\$ 66.756,54	R\$ 5.563,05
Oficial de Manutenção	3	R\$ 4.804,35	R\$ 3,30	R\$ 14.422,95	R\$ 173.075,40	R\$ 2.520,84	R\$ 170.554,56	R\$ 14.212,88
Carregador	4	R\$ 4.132,66	R\$ 203,29	R\$ 17.343,80	R\$ 208.125,60	R\$ 4.700,16	R\$ 203.425,44	R\$ 16.952,12
Auxiliar de Jardinagem e Afins	1	R\$ 4.138,06	R\$ 203,29	R\$ 4.341,35	R\$ 52.096,20	R\$ 1.175,04	R\$ 50.921,16	R\$ 4.243,43
Telefonista	2	R\$ 3.838,88	R\$ 215,85	R\$ 8.109,46	R\$ 97.313,52	R\$ 2.375,44	R\$ 94.938,08	R\$ 7.911,51
Total	70			R\$ 385.987,23	R\$ 4.631.846,76	R\$ 77.995,42	R\$ 4.553.851,34	R\$ 379.487,61
VALOR ANUAL (R\$)							4.553.851,34	
VALOR PARA 60 MESES (R\$)							22.769.256,70	

PARÁGRAFO ÚNICO. Os valores devidos à CONTRATADA deverão ser ajustados ao efetivo cumprimento de todas as exigências estabelecidas no Termo de Referência, com base nos resultados apresentados a partir da aplicação do IMR a serem apurados pela fiscalização e do cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, ressaltadas as disposições de cumprimento da jornada de trabalho pelos empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa/Atividade 03.062.0031.4262.0001 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário, Elemento de Despesa 3.3.90.37-01, dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público do Trabalho/PGT para o exercício de 2024.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho Global 2024NE00253, de 06/06/2024, no valor de R\$ 2.276.925,67 (dois milhões e duzentos e setenta e seis mil e novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA REPACTUAÇÃO CONTRATUAL

As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços, do novo Acordo ou Convenção Coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Quando da repactuação, será verificada a eventual variação do FAP e, conseqüentemente, do RAT ajustado, de forma que se faça constar o percentual efetivo nas planilhas de custos da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os preços contratados poderão ser revistos após a data da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

apresentação da proposta se houver criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os preços serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA com demonstração analítica da variação dos custos contratuais, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

PARÁGRAFO QUARTO. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até (indicar o prazo), contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

PARÁGRAFO OITAVO. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO NONO. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- I. A partir da data apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- II. A partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato, para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. É vedada a vinculação da CONTRATANTE às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços, conforme art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. A repactuação poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO. Após 12 meses de execução contratual, a Administração realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro período de vigência da contratação, tais como os valores das rubricas “Aviso Prévio Trabalhado” e “Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado”, cujo percentual representará 10% daquele apresentado na proposta da empresa contratada.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d) A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- f) A disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO. A repactuação produzirá seus efeitos financeiros:

- a) A partir da assinatura do instrumento de formalização da repactuação;
- b) Em data posterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações subsequentes; ou
- c) Em data anterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, exclusivamente quando esta envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

O reajuste de preços terá por base a variação do IPCA-IBGE ou, no caso de sua descontinuidade, outro índice que venha a ser adotado pelo Poder Público para essa finalidade, cabendo, em todo caso, a análise por parte da CONTRATANTE quanto à viabilidade de implementação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O índice acima indicado deverá ser aplicado com base na Emenda Constitucional Nº 95/2016, que modificou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 107, § 1º, inciso II.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão) obrigatoriamente o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO TERCEIRO. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença após a divulgação do(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUARTO. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para o reajuste venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO SEXTO. O reajuste de preços poderá ser formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O reajuste, quando requerido pela CONTRATADA, deverá ser instruído estritamente nos termos do art. 25, §7º e §8º, I, e do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

No interesse da Administração Pública, o valor contratado poderá ser acrescido ou suprimido na forma do disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA GARANTIA FINANCEIRA

Com fundamento nos arts. 96 a 102 da Lei 14.133/2021, será exigida da CONTRATADA a constituição de garantia contratual para assegurar o pleno cumprimento das obrigações e do objeto contratado, bem como o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, na forma disciplinada no Edital e no Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA se obriga a prestar garantia em favor da CONTRATANTE, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, não sendo aceita apólice de seguro que contenha cláusula que exclua de cobertura prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados exclusivamente pelo tomador ou seu representante, sem o concurso do segurado ou seu representante, numa das seguintes modalidades, conforme sua opção:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

- I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Com fundamento no art. 98, da Lei 14.133/2021, fica autorizada por lei a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Com fundamento no Parágrafo único, do art. 98, da Lei 14.133/2021, nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais de garantia previstos nesta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida:

- I. O pagamento de multas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- II. Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;
- III. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE pela inexecução do contrato decorrentes de culpa ou dolo DA CONTRATADA;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA;
- V. O fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

a) O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia será igual ou superior ao prazo estabelecido neste contrato e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste instrumento contratual mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se A CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUINTO. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

PARÁGRAFO SEXTO. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Caso a CONTRATADA opte por apresentar títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aqueles previstos no artigo 2º da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001.

PARÁGRAFO OITAVO. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de penalidades, conforme previsto neste instrumento.

PARÁGRAFO NONO. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A retenção efetuada com base no parágrafo anterior não gera à CONTRATADA o direito a nenhum tipo de compensação financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. É integral e exclusiva a responsabilidade da CONTRATADA pela renovação da garantia prestada, quando couber.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a mencionada retenção por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. O valor da multa moratória decorrente do atraso na constituição da garantia poderá ser glosado dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. A Seguradora e/ou Fiadora será comunicada do sinistro quando concluído o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) que eventualmente culmine na aplicação de penalidade pecuniária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Administração com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. Será considerada extinta a garantia:

- I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- II. Com a extinção do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. A Administração não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Caso fortuito ou força maior;
- II. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- III. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista no parágrafo anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO. Após o cumprimento fiel e integral do Contrato e desde que comprovada a quitação de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes desta contratação por parte da CONTRATADA, a garantia prestada lhe será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO. Caso a CONTRATADA não regularize o pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes desta contratação até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para tal finalidade, observada a legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO. A CONTRATADA deverá manter o valor da garantia contratual, observando o percentual estipulado, sempre que houver alteração do valor do contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO. Para a execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à instituição garantidora, após a conclusão dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade (PAAR).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO. A garantia prestada deverá ter validade durante a execução do contrato acrescido de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO. Será adotado como mecanismo de controle interno a Conta-Depósito Vinculada, bloqueada para movimentação, prevista no art. 18, inc. I, da Instrução Normativa N° 05/2017 do MPDG, combinada com a Recomendação CNMP n° 55/201, na forma disciplinada no Edital e no Contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO. Os valores provisionados para atendimento serão discriminados conforme tabela abaixo, ressalvada a possibilidade de atualizações/revisões decorrentes de regulamentação específica:

ITEM	Risco de Acidente de Trabalho			Optante pelo Simples
	1%	2%	3%	28%
Grupo A	34,80%	35,80%	36,80%	28,00%
13º Salário	8,33%	8,33%	8,33%	8,93%
Férias	8,33%	8,33%	8,33%	8,93%
Abono de férias	2,78%	2,78%	2,78%	2,98%
Subtotal	19,44%	19,44%	19,44%	20,84%
Incidência Grupo A	6,77%	6,96%	7,15%	5,84%
Multa FGTS	3,48%	3,48%	3,48%	3,48%
Percentual a contingenciar	29,69%	29,88%	30,07%	30,16%

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO. Os valores provisionados em Conta-Deposito Vinculada – Bloqueada para movimentação, serão liberados da seguinte forma:

- I.** parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- II.** parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- III.** parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- IV.** ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO. O saldo existente na Conta-Depósito Vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

A avaliação da execução do objeto, para efeito de medição e faturamento mensal, será efetuada mediante utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), processando-se a glosa/dedução correspondente, conforme prescrições abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para efeito de aplicação de glosas/deduções serão atribuídos percentuais/indicadores com base nas parcelas contratuais não adimplidas no período, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal, abrangendo os seguintes aspectos:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas, bem como emitindo o relatório circunstanciado;

PARÁGRAFO TERCEIRO. Com base no relatório circunstanciado emitido pela fiscalização, será facultado à CONTRATADA apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, a qual será avaliada pela fiscalização quanto à pertinência e anuência, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

PARÁGRAFO QUARTO. A incidência das glosas/deduções não impede a aplicação de outras sanções a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei e no Edital de Licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FATURAMENTO

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, emitida em nome da Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho, CNPJ nº 26.989.715/0055-03, devidamente discriminada, já contemplando as glosas/deduções decorrentes do processamento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) referente ao mês de competência da prestação de serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O faturamento dos insumos deverá ocorrer conjuntamente com o faturamento dos serviços, mediante prévia comprovação do fornecimento mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Na ocorrência de controvérsia decorrente da incidência do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), caberá à CONTRATADA, de acordo com a análise do caso concreto, deliberar quanto à autorização de faturamento da parcela em análise.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

PARÁGRAFO TERCEIRO. Fica a CONTRATADA, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF n.º 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015. A declaração deverá ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, devidamente assinada pelo representante legal da CONTRATADA, sendo que a não apresentação do documento ocasionará o desconto retenção do valor referente ao encargo previsto na Lei n.º 9.430/96.

PARÁGRAFO QUARTO. Alternativamente, a critério da CONTRATANTE, a comprovação da regularidade de inscrição no Regime Especial Unificado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser substituída por consulta ao portal na internet, na forma do Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 263/2015.

PARÁGRAFO QUINTO. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura exclusivamente através de peticionamento no Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>. Não serão aceitas Notas Fiscais/Faturas protocoladas por outros canais.

PARÁGRAFO SEXTO. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura o Certificado de Regularidade do FGTS, a certidão específica quanto à inexistência de débito de Contribuições Sociais e a Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nos termos da legislação de regência.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O rol de documentos especificados nos itens antecedentes poderá sofrer adequação em razão de sua compatibilização com o regime estabelecido pelo e-Social e/ou outras metodologias a serem implementadas para compatibilização com as exigências normativas supervenientes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis/corridos após o ateste das NFE pela fiscalização do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento não será efetuado à CONTRATADA, sem que isso gere direito a compensações/indenizações de qualquer natureza, se:

- I. No ato da entrega ou na aceitação do objeto contratado, este não estiver de acordo com as especificações técnicas e quantidades estipuladas;
- II. Houver pendência de obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;
- III. Houver pendência de protocolização de qualquer documento fiscal, trabalhista ou previdenciário exigido como comprovação de regularidade da CONTRATADA;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

- IV. Não houver comprovação da regularidade da CONTRATADA com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;
- V. Inexistir ateste da nota fiscal pela fiscalização do contrato – em razão de alguma irregularidade verificada;
- VI. Houver pendência de qualquer espécie por parte da contratada não elencada nos incisos anteriores.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONTRATADA deverá protocolar com a nota fiscal/fatura:

- I. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- II. Certidão específica quanto à inexistência de débito de Contribuições Sociais;
- III. Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, conforme Portaria n.º 358, de 5 de setembro de 2014, do Ministério da Fazenda;
- IV. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- V. Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- VI. Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União;
- VII. Consulta na Relação de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- VIII. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade CONTRATANTE, com cópia do (s) contracheque (s) assinado (s) pelo (s) empregado (s) ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;
- IX. Folha de frequência individualizada de cada empregado;
- X. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio-alimentação etc.) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;
- XI. Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;
- XII. Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP/SEFIP), Guia da Previdência Social (GPS) e Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), que evidenciem o pagamento das respectivas obrigações previdenciárias e trabalhistas;
- XIII. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei, se for o caso;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

XIV. Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Fica a CONTRATADA, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF nº 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015.

I. A Declaração deverá ser assinada pelo Representante Legal da empresa, a ser apresentada no ato da entrega do material, juntamente com a Nota Fiscal;

II. A não apresentação do documento em questão ocasionará o desconto no pagamento devido às empresas do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430, de 27/12/96;

III. Alternativamente, a critério da CONTRATANTE, a comprovação da regularidade de inscrição no Regime Especial Unificado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser substituída por consulta ao Portal na Internet, na forma do PARECER SEORI/AUDIN-MPU Nº 263/2015.

PARÁGRAFO QUARTO. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir (glosar), cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

PARÁGRAFO SEXTO. A não apresentação da documentação exigida como condição para o pagamento, nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo MPT/PGT, será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira (percentual anual) assim apurado:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

$$I = (6 \div 100) \div 365 \rightarrow I = 0,00016438$$

PARÁGRAFO OITAVO. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986.

PARÁGRAFO NONO. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com os motivos e as justificativas e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Os casos omissos acerca do pagamento serão resolvidos na forma prevista na IN nº 5/2017.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DOS REQUISITO PARA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes deverão atender à Lei nº 13.709/18 (LGPD) e observar o disposto abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

PARÁGRAFO QUARTO. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

PARÁGRAFO QUINTO. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigados pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS SANÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e, observando-se os termos da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, o(a) contratado(a) será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como efetuar o correspondente registro da penalidade no SICAF.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Pela inexecução total ou parcial do contrato, observando a gravidade da falta cometida por parte da CONTRATADA, a não regularização imediata a partir da notificação apresentada pela fiscalização, a ocorrência de prejuízo de qualquer natureza ou a prática de forma reiterada, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa, na forma prevista neste instrumento;

a) Será aplicada multa, limitada a 30% do valor mensal do contrato, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo indicados nas tabelas 1 e 2 do Parágrafo Décimo Sétimo desta cláusula.

b) Multa compensatória no percentual de 1 a 10% do valor total do contrato no caso de inexecução parcial, bem assim quando a empresa adjudicatária se recusar a assinar o contrato;

c) Multa compensatória no percentual de 11% até 20% do valor total do contrato nos casos de inexecução total do contrato;

d) Multa compensatória de 21% a 30% nos casos em que fique caracterizado dano grave à Administração, aos empregados, bem assim quando for comprovada fraude na execução do contrato, constatado comportamento inidôneo ou prática de fraude fiscal, especialmente em se tratando de fraude no recolhimento das obrigações previdenciárias;

e) Multa compensatória de 7% do valor mensal do contrato nos casos em que a conduta da contratada obrigar a Administração a realizar o pagamento de salários e/ou benefícios diretamente na conta dos profissionais alocados na execução do contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

V. Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais multas previstas no contrato, no caso de incorrer em uma das infrações previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

PARÁGRAFO TERCEIRO. A sanção estabelecida no **inciso IV do Parágrafo Segundo** é de competência exclusiva do dirigente máximo do órgão, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO. As sanções previstas nos **incisos I, III, IV e V do Parágrafo Segundo** poderão ser aplicadas junto com as sanções de multa previstas no **inciso II do Parágrafo Segundo**, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO QUINTO. O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou do crédito existente na PGT em relação à CONTRATADA, ou da garantia prestada, ou ser recolhido em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir de sua intimação por ofício, ou ainda cobradas na forma da lei.

PARÁGRAFO SEXTO. Após o decurso do prazo estabelecido no parágrafo anterior, incidirá atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO OITAVO. As multas aplicadas poderão ser recolhidas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pelo órgão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da notificação por parte da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas nesta cláusula realizar-se-á mediante processo administrativo que assegurará à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, observando-se os procedimentos previstos na Lei 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando-se, em qualquer caso, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, ocorrerão nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Não haverá aplicabilidade de multas durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela Administração, em virtude de caso



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

fortuito, força maior ou impedimento causado pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Será caracterizado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normativos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Ao longo do período contratual de 12 (doze) meses, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. Para efeito de imposição de qualquer sanção administrativa, são atribuídos os seguintes níveis de reprovabilidade às infrações, conforme as Tabelas I e II abaixo:

TABELA I - NÍVEIS DE REPROVABILIDADE DAS INFRAÇÕES

GRAU	PERCENTUAL MÁXIMO ADMITIDO
1	0,2%
2	0,3%
3	0,4%
4	0,5%
5	1,00 %

TABELA II – GRAU DE REPROVABILIDADE DAS CONDUTAS INFRATORAS

ITEM	DESCRIÇÃO	BASE DE CÁLCULO	GRAU	FREQUÊNCIA
1	Atrasar o fornecimento de uniformes, EPIs e demais insumos aos empregados, ou efetuar o fornecimento em quantidades incompatíveis com a execução dos serviços. A partir do 30º dia será caracterizada inexecução parcial do contrato.	Valor parcela inadimplida	3	Por dia por colaborador
2	Deixar de substituir tempestivamente o empregado nas hipóteses previstas.	Valor do posto	2	Por ocorrência
3	Deixar de efetuar e apresentar registro de frequência de seus empregados, quando solicitado.	Valor do posto	1	Por ocorrência
4	Deixar de cumprir a orientação do gestor ou fiscal quanto à execução dos serviços.	Valor mensal	2	Por ocorrência
5	Deixar de fornecer a relação nominal dos empregados em serviço.	Valor mensal do contrato	1	Por ocorrência
6	Deixar de observar as determinações da contratante	Valor mensal	3	Por ocorrência



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

ITEM	DESCRIÇÃO	BASE DE CÁLCULO	GRAU	FREQUÊNCIA
	quanto a permanência e circulação de seus empregados.	do contrato		
7	Deixar de comunicar, por escrito, à contratante, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços.	Valor mensal do contrato	4	Por ocorrência
8	Deixar de cumprir as exigências relativas à higiene e segurança do trabalho.	Valor mensal do contrato	1	Por ocorrência
9	Deixar de manter, em serviço, o número de empregados efetivamente contratados.	Valor mensal do contrato	5	Por ocorrência
10	Deixar de prestar, interromper ou suspender, total ou parcialmente, a execução dos serviços. A partir do 5º dia consecutivo será considerado inexecução total.	Valor mensal do contrato	5	Por ocorrência
11	Deixar de pagar em dia os salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio, bem assim o adicional de férias. A partir do 10º dia consecutivo poderá ser considerada inexecução parcial do contrato	Valor do posto	5	Por dia por empregado
12	Deixar de fornecer, ou fornecer intempestivamente, auxílio transporte ou auxílio alimentação a seus empregados. A partir do 10º dia consecutivo poderá ser considerada inexecução parcial do contrato.	Valor do posto	5	Por dia por empregado
13	Manter funcionário sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados.	Valor mensal do posto	3	Por ocorrência
14	Deixar de recolher o FGTS dos empregados.	Valor do posto	5	Por dia por empregado
15	Deixar de recolher as contribuições sociais previdenciárias.	Valor do salário	5	Por dia por empregado
16	Deixar de apresentar a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas	Valor do salário	5	Por dia por empregado
17	Não atender os prazos estabelecidos para apresentação de documentos, assinatura ou devolução de instrumentos contratuais e respectivos aditivos.	Valor total do contrato	4	Por dia
18	Deixar de cumprir qualquer obrigação que não tenha sido listada nesta tabela, mas que decorra das previsões contidas no Termo de Referência ou no contrato.	Valor Mensal do contrato	1	Por ocorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	BASE DE CÁLCULO	GRAU	FREQUÊNCIA
19	Deixar de cumprir qualquer obrigação que não	Valor Mensal	2	Por ocorrência



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

ITEM	DESCRIÇÃO	BASE DE CÁLCULO	GRAU	FREQUÊNCIA
	tenha sido listado nesta tabela, mas que decorra das previsões contidas no Termo de Referência ou no contrato, após reincidência formalmente notificada pelo gestor ou fiscal do contrato.	do contrato		

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. Havendo conflito entre o enquadramento da conduta e a multa a ser aplicada, será adotada a solução que decorra o menor ônus para a CONTRATADA, exceto nos casos em que envolver verbas trabalhistas, encargos previdenciários e benefícios previstos em convenção coletiva da categoria, bem como nas hipóteses que ensejaram a rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. Ao longo do período de vigência contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, bem como as reincidências, de mesma classificação ou não, poderão ensejar a aplicação de penalidade de maior gravidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Com fundamento nos arts. 138 e 139 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I. Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por **acordo entre as partes**, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por **decisão arbitral**, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I. Devolução da garantia;
- II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III. Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

- I.** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II.** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III.** Execução da garantia contratual para:
- a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV.** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

PARÁGRAFO QUARTO. A aplicação das medidas previstas nos **incisos I e II do Parágrafo Terceiro desta Cláusula** ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

PARÁGRAFO QUINTO. Na hipótese do **inciso II do Parágrafo Terceiro desta Cláusula**, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência deste contrato é de **60 meses**, a contar de 01/07/2024, prorrogável por igual período, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com A CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes meses, nos termos dos arts. 106 e 107, da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Quando da prorrogação contratual, serão excluídos dos valores contratados os custos não renováveis, sendo mantido o percentual de 10% em relação ao aviso prévio indenizado e trabalhado, bem como será verificada a eventual variação do FAP e, consequentemente, do RAT ajustado, de forma que se faça constar o percentual efetivo nas planilhas de custos da contratação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

A publicação do extrato deste contrato e de seus Termos Aditivos que porventura vierem a ocorrer se dará no Portal Nacional de Compras Pública e será providenciada pela Administração, na forma e prazos que dispõe o art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE E SOCIOAMBIENTAL

A CONTRATADA, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na prestação dos serviços, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e portaria nº 564, de 02 de dezembro de 2010, da Procuradoria Geral do Trabalho, alinhados às diretrizes e aos objetivos dos Planos Logísticos Sustentáveis do Ministério Público do Trabalho e da edificação onde se instala a CONTRATADA, responsabilizando-se pela correta aplicação de produtos e pelo adequado descarte dos resíduos, em consonância com o arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, especialmente o uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE a documentação probatória da regular quitação das obrigações, conforme discriminada no **tópico 33.1 do Termo de Referência**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Poderá ser exigida a apresentação de documentação complementar quando do início e término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados, em cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais, relativas aos empregados admitidos para a execução dos serviços ou desligados, exames médicos admissionais, termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados (homologados pelo sindicato da categoria, quando exigível), extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou certificadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão em apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO QUARTO. Caberá à CONTRATANTE examinar as Carteiras Profissionais dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8518/8655 – e-mail: pgt.dlc@mpt.mpt.br

empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, solicitando a imediata regularização das inconsistências eventualmente identificadas.

CLÁUSULA TRIGÊSIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA assinam o presente Termo, lavrado em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e nominadas, para que produza os seus devidos efeitos legais.

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

Assinatura eletrônica

TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS

Diretora de Administração

DIEGO DE OLIVEIRA Assinado de forma digital por
BARRETO:12765721 DIEGO DE OLIVEIRA
742 BARRETO:12765721742
Dados: 2024.06.17 17:12:54
-03'00'

Assinatura eletrônica

DIEGO DE OLIVEIRA BARRETO

Representante da Contratada